

Função Mãe e Função Pai: A Estruturação Psíquica e Social do Sujeito

Por Carlos Colect

Introdução

A constituição psíquica de um sujeito humano depende, em grande medida, da presença e do exercício das chamadas funções materna e paterna. Aqui, é fundamental separar função de identidade de gênero: função mãe não é sinônimo de mulher, assim como função pai não é sinônimo de homem. Essas funções dizem respeito a papéis psíquicos e relacionais fundamentais que podem ser exercidos por homens ou mulheres, desde que presentes no tempo certo e da forma adequada no desenvolvimento do indivíduo. Ainda que, historicamente, essas funções tenham sido desempenhadas, em sua maioria, por mulheres e homens, respectivamente, não se trata de uma exigência biológica, mas de uma necessidade psíquica e simbólica.

Apesar disso, é importante reconhecer que há aspectos da presença masculina e feminina que são insubstituíveis, especialmente na formação da identidade sexual e na identificação corporal. A criança busca referências visíveis e concretas no corpo masculino e no corpo feminino, elementos que auxiliam na organização simbólica de sua sexualidade e identidade. Por isso, mesmo que um homem possa exercer a função mãe, e uma mulher a função pai, existem limitações importantes a serem consideradas. Nem sempre um homem conseguirá exercer plenamente a função materna com toda a sua complexidade emocional e sensorial, assim como nem sempre uma mulher conseguirá representar integralmente a função paterna. É comum ouvirmos frases como “fui mãe e pai ao mesmo tempo”. Mas, do ponto de vista psíquico e funcional, isso é praticamente impossível. Quando a mulher tenta acumular ambas as funções, há um risco elevado de a função materna predominar e sufocar a subjetividade do filho, exatamente por faltar o terceiro elemento externo – a função paterna – que vem romper a simbiose e abrir caminho para a diferenciação.

Um experimento recente apontou que homens que cuidaram de seus filhos, desde a fase de bebê, apresentaram alterações neurológicas significativas: houve aumento da amígdala cerebral, associada à vigilância e à tensão, indicando o esforço constante para proteger e cuidar. Além disso, esses homens tiveram aumento dos níveis de ocitocina, hormônio relacionado ao vínculo afetivo. Esses dados demonstram que o homem pode, sim, exercer a função materna, especialmente se envolvido desde o início da vida do filho, desenvolvendo competências de cuidado, vínculo e regulação emocional.

Da mesma forma, uma mulher pode também desempenhar aspectos da função paterna – como oferecer limites, exercer autoridade, romper a simbiose e introduzir a lei. No entanto, ambas as funções exigem mais do que boa vontade ou dedicação: elas operam dentro de um sistema simbólico, relacional e afetivo que envolve presença, tempo, reconhecimento e diferenciação. E, em última instância, a função paterna precisa vir de fora da relação simbiótica inicial entre mãe e filho. Ela é um terceiro que descola o filho do lugar de extensão da mãe e aponta para o mundo.

Função Materna

A função materna é primordial nos primeiros anos de vida, especialmente entre o nascimento e os dois anos de idade. Nesse período, segundo Freud (1856 – 1939), estamos na fase oral, e conforme Erik Erikson (1902 – 1994), trata-se da etapa do desenvolvimento marcada pelo dilema confiança versus desconfiança. O bebê ainda não possui uma distinção clara entre si e o outro – vive num estado de fusão simbiótica com quem o cuida. É nesse contexto que a função mãe se manifesta como sustentação emocional, como presença sensível que regula, acolhe, responde e assegura. Conforme uma recente pesquisa realizada em Harvard (EUA)¹, a criança, nessa etapa, funciona sob a ótica psíquica do “dar e receber”, onde a ela oferece comportamentos, expressões e afetos, esperando receber o retorno e a resposta. É extremamente necessária a presença da maternidade nesse período da infância, do contrário, faz-se nociva a negligência no desenvolvimento cerebral e emocional dessa criança.

O bebê precisa de experiências sensoriais que lhe confirmem a existência de um mundo confiável. Quando tem fome, recebe alimento; quando sente frio, recebe calor; quando chora, é acolhido. Esses momentos não são apenas fisiológicos, são profundamente psíquicos: ensinam ao bebê que ele pode confiar, que há segurança, que o mundo responde às suas necessidades. É nesse ambiente de sustentação que se inicia a regulação emocional e se instala a base da esperança – o sentimento de que é possível esperar porque haverá resposta. Quando essa função falha – mesmo que haja uma presença física, mas sem exercício real da função – o sujeito cresce com uma dificuldade profunda de lidar com o próprio mundo interno. Emoções como raiva, tristeza, angústia e desejo se tornam insuportáveis, pois não há simbolização suficiente para dar-lhes destino. É como se faltasse um "colo psíquico", um espaço interno capaz de acolher e transformar os afetos.

¹ <https://www.youtube.com/watch?v=NCzse7VIE6o&t=72s>

A Função Paterna

Na sequência do desenvolvimento, emerge com igual importância a função paterna. Essa função se torna essencial, principalmente, a partir da chamada fase anal (segundo Freud) e da etapa autonomia versus vergonha e dúvida (segundo Erikson), entre os dois e três anos de idade. Aqui, o sujeito começa a diferenciar-se do outro e do mundo. Já não basta apenas acolher: é necessário introduzir limite, lei e referência externa. A função do pai é, portanto, interditar a simbiose mãe-filho e apontar para o mundo. Trata-se da introdução de um terceiro elemento que diz: “Existe algo além de você e da sua mãe.” Essa interdição simbólica é necessária para que o sujeito possa se separar, individualizar-se, reconhecer-se como um entre outros e construir sua própria identidade. É nessa etapa que surgem as noções de autoridade, limite, espera, frustração e regra — fundamentos da vida em sociedade. O pai representa a travessia do emocional para o social.

Lacan (1901 – 1981) nos oferece uma imagem potente: a mãe como crocodilo e o pai como aquele que impede que sua boca se feche sobre o filho. A função paterna é, nesse sentido, libertadora – rompe a fusão e abre espaço para o crescimento. Mas essa função só se realiza se a figura materna autorizar a entrada desse terceiro, inscrevendo, simbolicamente, a presença paterna na vida da criança ou, como diria o psicanalista francês, acima referido, a mãe tem a função de inscrever a metáfora “nome-do-pai” no psiquismo do filho. Isso ocorre com gestos simples, mas carregados de sentido: nomear o pai, falar dele, reconhecer sua importância.

Ao longo do desenvolvimento, Erikson descreve diversas fases, nas quais a presença das funções materna e paterna reverberam. No caso da função paterna, como visto, torna-se fundamental para habilitar o indivíduo para a vida externa/social, enquanto a função mãe é essencial para habilitar o indivíduo aos cuidados da vida interna/emocional. Sob esta ótica de distinção, a função pai reverbera, especialmente, nas seguintes fases postas por Erikson: iniciativa versus culpa (3 a 5 anos), indústria versus inferioridade (6 a 11 anos), identidade versus confusão (12 a 18 anos), intimidade versus isolamento (18 a 40), geratividade (transmissão de um legado) versus estagnação (40 a 65), e, por fim, integridade versus desespero (65 anos em diante). Cada uma dessas etapas exige competências subjetivas que só se desenvolvem com base em uma estrutura emocional segura. A presença funcional paterna produz, respectivamente, correspondente as fases citadas, força de vontade, propósito, competência, fidelidade, amor/compromisso, cuidado e sabedoria. A ausência, esvaziamento ou declínio paterno, por sua vez, leva o indivíduo ao sentimento de vergonha e dúvida, culpa, inferioridade, confusão, isolamento, estagnação, desespero e desgosto, ou seja, leva à improdutividade material e social.

Em outro aspecto, a ausência ou fragilidade da função paterna – símbolo da lei, do futuro e da referência externa – gera, no indivíduo, uma sensação de desorientação existencial. Sem o limite, tudo parece possível, mas essa aparente liberdade pode se tornar fonte de angústia. A máxima contemporânea “você pode ser tudo o que quiser” revela seu lado sombrio quando não há referência, nem direção. A liberdade sem estrutura gera ansiedade, insegurança e sentimento de vazio.

Conclusão

Portanto, ambas as funções – materna e paterna – são essenciais. São como os dois pilares de uma ponte psíquica: **uma sustenta, a outra conduz. Uma acolhe, a outra direciona. Uma assegura o vínculo, a outra aponta o caminho.** Ambas são temporárias no tempo de exercício direto, mas perenes nos seus efeitos. Sua ausência ou distorção pode impactar não apenas a vida emocional do indivíduo, mas também suas relações, seu desempenho social, sua ética, sua forma de amar e de se posicionar no mundo.

Em tempos de rearranjos familiares, pluralidade de formas de cuidado e crises de referências sociais, repensar essas funções com profundidade é uma urgência. Mais do que nomes atribuídos a papéis fixos, função mãe e função pai são estruturas necessárias à constituição de sujeitos inteiros, capazes de sentir, agir e transformar o mundo com responsabilidade e presença